

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO INTERPOSTA PELA EMPRESA: A & G SERVICOS MEDICOS LTDA**

No dia 05 de abril de 2023, às 14:38h, foi protocolado, pelo sistema E-Lic, a IMPUGNAÇÃO ao Edital de PE 0612/2023 pela empresa **A & G SERVICOS MEDICOS LTDA**, seguindo os trâmites dispostos no edital em epígrafe, e sob as quais passo a me posicionar, conforme determinação do art. 41 da Lei 8.666/93.

**DA ADMISSIBILIDADE**

Inicialmente, cabe apreciar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, ou seja, apreciar se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal.

Dessa forma, o parágrafo 2º, do artigo 41, da Lei 8.666/93 dispõe que: “Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura do **certame**.”(g.n).

Temos no Edital da licitação:

**10 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

10.1 – Qualquer pessoa até dois dias úteis antes da abertura da sessão poderá impugnar o Edital por meio do Sistema eletrônico, no espaço destinado ao “Registro de Impugnação ao Edital”.

10.1.1 – Fornecedores cadastrados podem optar por registrar a impugnação efetuando o login, acessando o processo eletrônico, botão “Impugnação”.

10.1.2 – Excepcionalmente, a impugnação poderá ser realizada pelo e-mail: [licita@udesc.br](mailto:licita@udesc.br).

O impugnante protocolou a impugnação pelo sistema eletrônico em 05/04/2023 e, considerando que a abertura da sessão pública do pregão está agendada para o dia 12/04/2023, apresentam-se tempestivas, portanto, merecem ter seus méritos analisados,

REITORIA - FLORIANÓPOLIS  
**Universidade do Estado de Santa Catarina**  
Av. Madre Benvenuta, 2007 - Itacorubi - 88.035-001  
Florianópolis SC - Fone (48) 3321-8093 - **[www.udesc.br/?id=832](http://www.udesc.br/?id=832)**

visto que respeitados os prazos estabelecidos na norma sobre o assunto. A resposta estará disponível publicamente no portal de Compras do Estado de Santa Catarina.

## **DOS PONTOS QUESTIONADOS**

Em que pesem os argumentos apresentados por essa empresa, os itens centrais de sua peça são:

1. Ante o exposto, requer-se que seja a presente impugnação julgada procedente, com efeito para que se proceda a devida correção do edital inserindo no rol de documentos de habilitação do item III todos os documentos acima identificados, tanto no que se refere aos documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e financeira, bem como também os documentos de qualificação técnica mais precisamente a exigência de comprovação de registro da licitante e de seu responsável técnico no conselho regional de medicina, enfermagem e administração, bem como seja exigido o alvará sanitário da sede da empresa licitantes e sua inscrição da empresa licitante no CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, conforme legislação vigente;

Para demonstrar que a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina adotou um edital que melhor atende às suas necessidades, primando pela busca da proposta mais vantajosa e conseqüentemente alcançar o interesse público, não deixando de preservar os princípios norteadores do processo licitatório na Administração Pública, apresentarei a seguir, de forma clara e objetiva, as respostas para cada ponto impugnado do edital.

## **DA ANÁLISE DOS PONTOS QUESTIONADOS**

Embora se considere a fundamentação e as razões da impugnação, cabe esclarecer que as disposições editalícias foram pautadas em conformidade com a legislação vigente, as orientações jurisprudenciais das Cortes de Contas, bem como em sintonia com a melhor

doutrina, como restará demonstrado na fundamentação que segue, ao analisar cada ponto levantado pelo impugnante.

Pode-se concluir que a UDESC buscou confeccionar seu edital com base no termo de referência elaborado pelo Responsável Técnico, onde foi definido de maneira precisa o que realmente contempla o interesse público e de conformidade com os ditames legais, na busca pela proposta mais vantajosa e evitando a redução do universo de participantes, preservado o interesse público.

Assim ressaltamos que é decorrência do exercício do poder discricionário da Administração Pública a definição fundamentada e justificada da especificação dos itens a serem objetos de contratação. Em atenção aos princípios administrativos da eficácia e eficiência, deve-se observar o binômio custo-benefício dos itens de forma a garantir a aquisição/contratação de bens e serviços que atendam o interesse público e Institucional com o melhor preço.

No tocante às exigências estabelecidas na norma editalícia, o Acórdão N°195/2003 do Tribunal de Contas da União, nos diz, através de Decisão emanada de seu Plenário que:

[...]cabe à Administração, com vista a preservar o patrimônio público [...] arbitrar quais as exigências a serem colocadas em edital, desde que não direcione a licitação, **para se resguardar de possíveis licitantes sem capacitação** para assumir um contrato cuja complexidade e materialidade foram previamente definidas pelo administrador [...] (grifo nosso)

Tem-se então que é de responsabilidade e também discricionário da Administração elencar as exigências a serem colocadas em um Edital, com o intuito de resguardar a Administração da perfeita aquisição de bens e ainda a perfeita execução técnica de um serviço, desde que haja a preservação da competitividade do certame.

A UDESC, buscou por meio da sua equipe técnica definir exigências técnicas mínimas, fazendo a especificação de maneira suficientemente ampla para garantir a participação de diversas empresas no certame, ampliando a competição sempre na busca da melhor contratação para a Administração.

Importante destacar que não se trata de contratação de toda e qualquer empresa interessada, mas sim, daquela apta a cumprir as exigências estipuladas e com foco ao interesse público envolvido.

Ressalta-se ainda que, incumbe à Administração Pública a definição de parâmetros para aquisição, e por consequência os documentos que demonstrem que o produto/serviço detém a qualidade técnica suficiente.

Expõe-se que o Tribunal de Contas da União, através do Enunciado de Decisão nº 351, assim se posicionou:

A proibição de cláusulas ou condições restritivas do caráter competitivo da licitação não constitui óbice a que a Administração estabeleça os requisitos mínimos para participação no certame considerados necessários à garantia da execução do contrato, à segurança e perfeição da obra ou do serviço, à regularidade do fornecimento ou ao atendimento de qualquer outro interesse público (fundamentação legal, art. 3º, § 1º, inciso I, Lei 8.666/1993).

É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que estes tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações.

Destaca-se que a Administração tem o dever de precaver-se contra eventuais empresas que frustrem a contratação futura por não serem técnica e economicamente aptas à execução do serviço. O Poder Público deve valer-se de seu direito de discricionariedade para garantir que seja realizado o melhor procedimento aquisitivo adequando preço e qualidade.

Passando à análise do mérito quanto aos pontos levantados e impugnados pela empresa, tem-se as seguintes considerações e entendimentos abaixo:

• **QUESTIONAMENTO 01**

Na impugnação da empresa temos os seguintes tópicos:

II.III - DA OMISSÃO DO EDITAL QUANTO A DOCUMENTOS VINCULADOS A HABILITAÇÃO JURIDICA, FISCAL, TRABALHISTA E FINANCEIRA DOS LICITANTES.

II.IV - DA OMISSÃO DO EDITAL QUANTO A DOCUMENTOS VINCULADOS A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

II.IV.1 - DA OMISSÃO DO REGISTRO OU INSCRIÇÃO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE

III.IV.2 - DA OMISSÃO DA COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADE

Em uma simples leitura e análise ao edital do processo temos:

**8 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

8.1 – Será verificada a situação de regularidade da licitante detentora da melhor oferta, da seguinte forma:

8.1.1 – Consulta do Certificado de Cadastro de Fornecedores(CCF), pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação.

8.1.1.1 – O CCF que apresentar Situação Cadastral com alguma restrição nos documentos por ele abrangidos, o pregoeiro ou equipe de apoio comunicará por meio eletrônico, a obrigatoriedade do encaminhamento de documento hábil correspondente no prazo de até 30 minutos.

8.1.1.2 – Para suprir a documentação vencida, no que diz respeito à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, relacionada no CCF, o Pregoeiro poderá verificar nos sites dos emissores de certidões, o documento hábil correspondente, constituindo meio legal de prova.

8.2 – A regularidade fiscal das ME/EPP's, que apresentem restrição (documento vencido) no CCF, poderá ser comprovada no prazo de 5 (cinco) dias úteis do encerramento da sessão, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.2.1 – A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da ME/EPP à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato/ARP ou revogar a licitação.

8.3 - Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação, com plano de recuperação deferido e homologado judicialmente, que apresentarem certidão positiva deverão apresentar ainda certidão de aptidão financeira emitida pela instância judicial competente, que ateste que a interessada

está apta econômica e financeiramente a participar de licitação nos termos das Leis 8.666/1993 e 11.101/2005.

8.3.1 – Comprovação do acolhimento judicial do plano de recuperação, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/05, em caso de recuperação judicial; ou da homologação judicial do plano de recuperação, no caso de recuperação extrajudicial.

8.3.2 – Os licitantes que se encontrarem em recuperação judicial ou extrajudicial devem demonstrar todos os demais requisitos para habilitação econômico-financeira, como qualquer licitante.

8.4 – O pregoeiro fará, durante a fase de habilitação, a verificação por meio de consulta online:

8.4.1 – Da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) ([www.transparencia.gov.br](http://www.transparencia.gov.br));

8.4.2 – Da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br / improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

Para uma empresa participar de um processo licitatório no Estado de Santa Catarina, é necessário a empresa se cadastrar no Portal de Compras do Estado – [www.portaldecompras.sc.gov.br](http://www.portaldecompras.sc.gov.br), onde existem alguns documentos e procedimentos que as empresas devem realizar, abaixo transcrevemos as informações que estão na página do Portal ( [http://www.portaldecompras.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34&Itemid=293](http://www.portaldecompras.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=34&Itemid=293) ) :

## Relação dos Documentos para Cadastro

Os documentos abaixo enumerados foram determinados pelo Decreto estadual nº 2.617, de 2009.

Estes documentos serão analisados pela Comissão Permanente de Licitação, a qual, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contando da data do envio da última documentação correta, emitirá o Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF.

### 1. Habilitação Jurídica

- Documento de identificação (CPF ou CNPJ);
- Para as sociedades:
  - Comerciais: ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrados;
  - Por Ações: documentos que comprovem a eleição de seus administradores
  - Civil: inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de eleição da atual diretoria.
- Decreto de Autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade exigir.

### 2. Qualificação Técnica

- Registro ou inscrição na entidade profissional competente, se houver, ou declaração da própria empresa atestando a não existência de entidade profissional que regularmente as suas atividades, ficando sujeita às sanções cabíveis, em caso de falsidade de sua declaração;
- As empresas interessadas em executar obras e/ou serviços de engenharia deverão apresentar comprovação de aptidão, mediante atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA, referente aos grupos-classes que deseja habilitar-se.
- Prova de atendimento aos requisitos previstos em legislação específica.

### 3. Qualificação Econômico-Financeira

- Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, compostos por:
  - Termo de abertura e de encerramento;
  - Contas de ativo, passivo e demonstração de resultado de exercício, devidamente registrados na Junta Comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes e balanços provisórios;
  - Para as empresas recém-constituídas, será exigida a apresentação do balanço de abertura devidamente registrado na Junta Comercial.
- Certidão negativa de falência ou concordata, e recuperação judicial e extrajudicial. Para empresas com domicílio em Santa Catarina, lembramos que deve estar acompanhada da respectiva certidão de registro no sistema EPROC, disponível no endereço [certeproc1@sc.jus.br](mailto:certeproc1@sc.jus.br).

### 4. Regularidade Fiscal

- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do interessado;
- Prova de regularidade para com o FGTS, mediante apresentação da Certidão de Regularidade da situação (CRS);
- Certidão Negativa de Débitos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT).

As certidões que não constarem o prazo de validade serão consideradas válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data da sua emissão.

Sempre que a Administração julgar conveniente e oportuno, poderá exigir documentos complementares, na forma da legislação vigente, especialmente nos casos de inscrição, alteração ou durante o prazo de validade da inscrição, bem como para participação em processos licitatórios.

### 5. Trabalho de Menor

Declaração de que cumpre com o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, em atenção à Lei federal nº 9.854, de 1999.

### 6. Alteração do Registro Cadastral

Responsabilidade da própria empresa.

### 7. Inclusão de grupo-classe

A empresa poderá solicitar a qualquer tempo a inclusão de grupo-classe em seu CCF. Para tanto, deverá:

- 1) Iniciar uma nova renovação;
- 2) Selecionar a linha de fornecimento apresentada em seu objeto social;
- 3) Solicitar os grupos classes que deseja habilitar-se.

### 8. Validade do Registro

O CCF será emitido pela Secretaria de Estado da Administração, e a validade será de acordo com o vencimento da documentação apresentada.



Com todas essas informações, as dúvidas levantadas pelo licitante não tem como prosperar, onde todos os documentos necessários para as habilitações necessários pela lei 8.666/93, estão contidas no edital, bem como no cadastro de fornecedores do sistema.

Quanto a omissão de registro na entidade profissional, no termo de referência do processo, temos:

**4.16** A empresa vencedora do Lote 03 deve necessariamente observar a **RESOLUÇÃO CRM-SC Nº 224/2022** (Dispõe sobre o funcionamento das empresas que prestam Serviços Pré-Hospitalares Móveis de Urgência e Emergência disponibilizados exclusivamente em eventos realizados no território do Estado de Santa Catarina).

Quem poderia ter maior poder de fiscalização e verificação das atribuições que o Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, como pode ser verificado na resolução, todas as informações e determinações legais a serem exigidas das empresas, são reguladas pelo conselho, onde no termo de referência fica determinado que a empresa vencedora deve estar dentro das normas desta resolução, sendo este documento solicitado à empresa vencedora.

Assim, podemos finalizar a análise, onde os documentos que foram pontuados pela impugnação da empresa, encontram-se dentro do edital.

## **DA DECISÃO**

Pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, o Pregoeiro acolhe, mas no mérito decide por negar provimento à Impugnação apresentada pela empresa A & G SERVICOS MEDICOS LTDA, mantendo-se o Edital nos seus devidos termos, conforme aprovação da Procuradoria Jurídica e da Autoridade Superior desta Instituição.

Florianópolis, 10 de abril de 2023.

(Assinatura Digital)

**Marcelo Darci de Souza**

Pregoeiro

REITORIA - FLORIANÓPOLIS

**Universidade do Estado de Santa Catarina**

Av. Madre Benvenuta, 2007 - Itacorubi - 88.035-001

Florianópolis SC - Fone (48) 3321-8093 - **www.udesc.br/?id=832**





## Assinaturas do documento



Código para verificação: **RNZ3E312**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**MARCELO DARCI DE SOUZA** (CPF: 723.XXX.989-XX) em 10/04/2023 às 15:36:43

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:37:39 e válido até 13/07/2118 - 14:37:39.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTIwMjJfMDAwMDU1NDBfNTU0NI8yMDIzX1JOWjNFMzEy> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00005540/2023** e o código **RNZ3E312** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



### **DESPACHO DECISÓRIO**

**TERMO:** DECISÓRIO

**FEITO:** IMPUGNAÇÃO

**REFERÊNCIA:** EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 0612/2023

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem e locação de ambulância para os “Jogos Internos” e “Jogos de Integração dos Servidores” da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Com base na análise efetuada pelo pregoeiro, RATIFICO a decisão proferida e  
NEGO PROVIMENTO à Impugnação interposta pela empresa A & G SERVICOS  
MEDICOS LTDA, mantendo-se o Edital nos seus devidos termos.

---

Dilmar Baretta

**Reitor**

Av. Madre Benvenuta, 2007  
Itacorubi, Florianópolis/SC  
CEP: 888035-901



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **N6QAX492**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**DILMAR BARETTA** (CPF: 824.XXX.769-XX) em 10/04/2023 às 18:46:18

Emitido por: "AC SOLUTI Multipla v5", emitido em 04/04/2022 - 09:14:00 e válido até 04/04/2025 - 09:14:00.

(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTlwMjJfMDAwMDU1NDBfNTU0Ni8yMDIzX042UUfYNDky> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00005540/2023** e o código **N6QAX492** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.